

# O Comitê Dinamarquês sobre Desonestidade Científica

---

Prof. Poul Riis

*Médico gastroenterologista; doutor em Medicina; professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Copenhague/Dinamarca; ex-presidente do Comitê Nacional de Ética na Pesquisa da Dinamarca; membro do Comitê Dinamarquês sobre Desonestidade Científica; responsável pela elaboração da segunda versão da Declaração de Helsinque (1975); participante da elaboração das Normas Internacionais do CIOMS (1993) e das Diretrizes Internacionais para Publicação do Grupo Vancouver (1983)*

*A Dinamarca tem um órgão independente que se ocupa exclusivamente em apurar denúncias sobre fraudes e má prática em atividades de pesquisa científica. Este comitê nacional não tem função executiva, mas sim, apenas, de apurar a veracidade das denúncias e de instruir as instituições com os dados necessários para a eventual aplicação de medidas punitivas, em nível da própria instituição.*

## *UNITERMOS - Fraude, má prática, pesquisa científica*

Antes que um projeto de pesquisa biomédica seja considerado eticamente aceitável, o mesmo deve atender a quatro condições:

- a idéia científica deve ter um *certo valor* de acordo com o paradigma de que toda pesquisa metodologicamente inválida realizada no ser humano é, por definição, eticamente inadequada;
- pesquisas, especialmente aqueles projetos que envolvem procedimentos de risco, devem sempre basear-se em uma minuciosa revisão de projetos idênticos já realizados e relatados na literatura mundial, de modo a não expor os pacientes a riscos desnecessários. O mesmo raciocínio ético embasa a obrigação de que esta pesquisa bibliográfica deve ser realizada ao longo de toda a realização do projeto;
- as regras e medidas de controle existentes devem ser respeitadas. A ética na pesquisa lida com a segurança e com o respeito pelos pacientes e voluntários que estão sendo estudados;
- as normas e regras relativas à própria ética do cientista devem *ser respeitadas, em outras palavras ele ou ela devem evitar todas as formas de desonestidade científica*, incluindo a fraude.

A Dinamarca tem, desde 1979, um sistema independente e regionalizado de comitês de ética em pesquisa que controla todos os projetos que envolvem seres humanos, sejam realizados em hospitais, ambulatórios, farmacologia, odontologia, indústria farmacêutica e de equipamentos. Desde 1992 este sistema tem base legal.

As duas primeiras condições, citadas anteriormente, estão baseadas em recomendações oficiais propostas pelo Comitê Central de Ética em Pesquisa da Dinamarca. A quarta condição era até recentemente considerada como implicitamente atingida na Dinamarca. O desenvolvimento internacional e poucos casos locais - ainda que históricos - levaram, em 1993, ao estabelecimento de um comitê nacional independente na Dinamarca, o Comitê sobre Desonestidade Científica. A iniciativa envolve universidades, sociedades científicas e proprietários de hospitais. As profissões envolvidas são médicos e outros profissionais de hospitais envolvidos em pesquisa, farmacêuticos e odontólogos. O presidente é um juiz da Suprema Corte. O Comitê é composto por oito membros, com mesmo número de substitutos. Com exceção do presidente e vice-presidente, os membros não são assalariados.

A abrangência da desonestidade científica avaliada pelo Comitê é a seguinte:

- fabricação e exclusão de dados;
- plágio;
- roubo de prioridade;
- grandes desleixos;
- inclusão ou exclusão indevida de autores;
- perda de controle na utilização de cargos ou de recursos de pesquisa, além de muitas outras transgressões intermediárias de padrões científicos adequados.

Os casos podem ser referidos ao Comitê por denunciante, instituições ou o próprio Comitê pode por si só abrir uma sindicância.

A atuação do Comitê segue três etapas:

- uma averiguação, para verificar se o caso não é insignificante;
- uma investigação, feita por um grupo de consultores *ad hoc*, freqüentemente com membros externos que ambas as partes aceitem, mas sempre com um membro do Comitê como presidente. O relatório do grupo *ad hoc* é sempre analisado pelo Comitê como um todo. As partes envolvidas são posteriormente informadas;
- nos casos comprovados de desonestidade científica toda e qualquer medida é deixada a cargo da instituição a qual o cientista fraudulento se vincula.

Qual a experiência dinamarquesa nestes primeiros cinco anos? Após algumas resistências iniciais da comunidade científica o Comitê é aceito atualmente, especialmente após dois casos graves envolvendo reconhecidos pesquisadores biomédicos dinamarqueses que foram totalmente inocentados.

Os números obtidas foram os seguintes: o total de casos, no período 1993-1997, foi de 41, isto é, 12 casos/milhão de habitantes/ano. O número de casos avaliados foi de 1 caso/milhão de habitantes/ ano. Foram encontradas desonestidades científicas em 1 caso/5 milhões de habitantes/ano.

O problema mais difícil encontrado foi o da autoria não adequada, isto é, autoria dada como um presente ou como uma prerrogativa de um chefe, em total discordância com a definição dos critérios de autoria do Grupo de Vancouver. O Comitê ainda está trabalhando na reinserção da autoria científica na sua posição confiável original, da mesma forma que outras iniciativas similares em outras partes do mundo.

O principal objetivo do Comitê não é punir o cientista fraudador (mesmo que isto seja necessário, algumas vezes), mas sim prevenir a desonestidade científica. Isto é feito através de palestras sobre a prática científica adequada, obrigatória em todos os cursos de metodologia para jovens cientistas. Durante os últimos 20 a 25 anos, as palestras sobre ética na pesquisa têm sido parte integrante da educação para a pesquisa nas ciências da saúde.

**Abstract - *The Danish Committee on Scientific Dishonesty***

Denmark has an independent body that dedicates itself solely to investigating allegations of fraud and wrongful conduct in scientific research activities. This national committee serves no executive function, but must instead look into the truthfulness of the allegations and instruct the institutions on the data necessary for the eventual application of punitive measures, within the institution itself.

**Bibliografia**

- Andersen D, Attrupp L, Axelsen N, Riis P. Scientific dishonesty and good scientific practice. Copenhagen: Danish Ministry of Science, 1991.
- Committee on Scientific Dishonesty. Annual reports. Copenhagen: Danish Ministry of Science, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997.

Endereço para correspondência:

*Nerievej 7  
DK-2900 Helleruf - Danmark*